

Hamilton, Clive (2017). *Defiant Earth - The Fate of Humans in the Anthropocene*. Sydney et al.: Allen & Unwin. Ebook.

 <https://doi.org/10.21814/anthropocenica.5224>

Ângelo Milhano

Praxis: Centro de Filosofia, Política e Cultura, Universidade de Évora
Portugal
a.s.n.milhano@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9830-6224

A segunda metade do séc. XX ficou marcada por uma tomada de consciência histórica que incutiu mais uma “ferida narcísica” na humanidade. No entanto, e ao contrário da revolução copernicana, da evolução de Charles Darwin, ou do inconsciente freudiano, a dor desta nova “ferida narcísica” não advém de uma desprivilegiação do lugar que pensávamos ocupar no mundo e na História. Esta é uma dor que, pelo contrário, resulta de uma consciencialização do alcance, mas sobretudo das consequências, que os privilégios da racionalidade e da liberdade trazem consigo. Com o curso da modernidade tardia, o projeto iluminista demonstrou ser uma desilusão em vários sentidos. Não só o ser humano não foi capaz de se libertar da «(...) menoridade da qual ele próprio é culpado» (Kant, 2004: 11), como acabou por utilizar aqueles que seriam os instrumentos da sua libertação para os mais nefastos fins. Só no séc. XX, o uso indevido da razão, conjugado com a nossa liberdade, trouxeram-nos os campos de concentração, a invenção e utilização da bomba atómica, e o buraco na camada de ozono. Não obstante, foi com a abertura do séc. XXI que nos demos conta do alcance da arrogância que dirige as nossas ações enquanto espécie, quando nos percebemos como a razão da entrada da Terra no Antropoceno.

Logo no prefácio de *Defiant Earth*, Clive Hamilton apresenta o Antropoceno como um evento de rutura (*Ereignis*) no contexto alargado da história do planeta e na história do ser humano. A urgência de pensar a relação da humanidade com o mundo a partir de uma nova perspetiva, livre dos preconceitos legados pelo pensamento moderno, é apresentada pelo autor como uma questão de sobrevivência da espécie, como a única via pela qual a humanidade poderá fazer frente a uma Terra que está a ripostar aos séculos de

“antropocentrismo arrogante” que nos trouxeram ao presente momento de crise. Sendo, em grande medida, o resultado do diálogo que estabeleceu com Bruno Latour aquando da sua elaboração, com *Defiant Earth* Hamilton advoga por um “novo antropocentrismo” que propõe um novo modo de ser-no-mundo que, embora ainda defina o ser humano como um ente privilegiado, lhe incute o cuidado e responsabilidade que há muito deve a um planeta que transformou.

No capítulo de abertura da obra, intitulado “The Anthropocene as Rupture”, são várias as evidências científicas destacadas por Hamilton para demonstrar o ser humano como um agente de transformação planetária, equiparável às forças da natureza que desencadearam as transformações geológicas que antecederam o Antropoceno. No entanto, é devido ao seu particular estatuto ontológico que o ser humano se estabelece como um “poder” distinto dos demais atores capazes de levar a cabo transformações planetárias. O seu impacto no mundo resulta do seu carácter volitivo. As alterações que impõe sobre a natureza resultam, de uma ou de outra forma, da sua intencionalidade; das decisões que toma (consciente ou inconscientemente) relativamente ao lugar que aí ocupa. Contudo, esta ideia só pode ser devidamente contemplada quando parte de uma nova compreensão do horizonte epistemológico das ciências da terra e da vida. É por isso que o autor advoga pela epistemologia das recém-criadas ciências do sistema terrestre, que descrevem o funcionamento dos processos planetários a partir de uma perspectiva holística, atenta às inter-relações que os seus vários sistemas estabelecem entre si, e ao modo como o ser humano as influencia.

É a convergência da história do planeta com a história do ser humano que define, para Hamilton, a rutura histórico-epocal do Antropoceno. O autor critica aquelas que define como as interpretações erróneas feitas por alguns domínios particulares da ciência acerca do advento desta nova era planetária. Interpretações que não são capazes de dar conta do seu carácter de rutura, porque se encontram ainda enraizadas sobre um paradigma de investigação que não tem no seu horizonte a compreensão holística do funcionamento do sistema terrestre. Os debates que, no seio da comunidade académica, se têm criado em torno da questão do início do Antropoceno são, para Hamilton, disso um exemplo. Procuram explicar a origem do fenómeno analisando o impacto que o ser humano teve sobre um domínio particular da natureza, descartando do seu horizonte o modo como a ação humana transforma todas as relações criadas entre os vários sistemas que a compõem.

Na subsecção intitulada “The Ecomodernist Gloss”, Hamilton lança uma crítica às interpretações ecomodernistas do Antropoceno que, muito embora o perspetivem como o resultado da exploração e influência que o ser humano impõe e exerce sobre a natureza, acabam, contudo, por compreendê-lo como uma oportunidade para a humanidade «(...) demonstrar a sua ingenuidade e proeza tecnológica». Segundo o autor, estas propostas têm ampla influência

política porque advogam por um “bom Antropoceno”, mas também por tomarem como pressuposta a inexistência de limites para o crescimento e progresso da humanidade como espécie. A falácia apontada pelo autor ao ecomodernismo, destaca como as suas propostas se fundamentam numa interpretação da Terra ainda assente sobre Holoceno; sobre a ideia de um planeta que, para todos os efeitos, já deixou de existir. Para Hamilton, o ecomodernismo pressupõe como hipótese a possibilidade de a Terra voltar ao Holoceno, não contemplando a irreversibilidade do impacto já causado pela humanidade. É neste sentido que, mais do que factual, considera o ecomodernismo como uma interpretação romântica — e, por isso, muito perigosa — do funcionamento do planeta. Uma interpretação ancorada na nossa experiência do Holoceno e, por isso, incapaz de compreender o Antropoceno como o evento de rutura que realmente é.

A ambivalência interpretativa criada pelo termo “Antropoceno” também não escapa da crítica de Hamilton. A controvérsia que se gerou em torno da escolha do termo para definir uma nova era, onde a história do planeta e a história do ser humano convergem, assenta sobre duas razões fundamentais: a) ao definir um *anthropos* indiferenciado como causa desta nova era, o termo escolhido acaba por não distinguir os países/nações/regiões do planeta que mais contribuíram para o seu advento. Ao mesmo tempo, b) o uso do termo pressupõe uma conceção abstrata do humano, colocando o ónus do problema nas suas características enquanto espécie, descartando as particularidades sociais, históricas, e culturais que determinaram o seu advento. Muito embora esteja consciente da sua importância política, para o autor os debates em torno da questão terminológica acabam por desviar a atenção científica e académica do problema mais fundamental: do Antropoceno enquanto evento de rutura. Para além disso, e no contexto de uma compreensão holística dos processos planetários que resultaram no Antropoceno, a divisão entre os contributos do hemisfério norte e do hemisfério sul acaba por não fazer qualquer sentido. Muito embora a transformação da natureza pelos países do hemisfério sul tenha sido impulsionada por ideais ocidentais (nomeadamente pela demanda de produtividade capitalista que os caracteriza), o contributo de países tais como a China, Austrália, África do Sul, Brasil, ou Índia para o advento do Antropoceno, foi o resultado de uma decisão autónoma, soberana.

Hamilton faz ainda por destacar a rutura histórico-epocal do Antropoceno a partir de três aspetos fundamentais: 1) no curso do século XXI a humanidade poderá, de plena consciência, degradar definitivamente as condições para a proliferação da vida; 2) há uma possibilidade tangível da extinção da espécie humana, ou, pelo menos, de um colapso civilizacional, trazido pela sua ação; 3) o funcionamento do planeta mudou, desta vez devido ao impacto criado por uma força ontologicamente distinta das que incitaram as transformações anteriores: o ser humano. Quando confrontados com estes aspetos, mais do que compreender-nos como a causa do advento desta nova era, teremos, sobretudo,

de aceitar a incerteza do nosso futuro enquanto espécie e, ainda com mais urgência, de compreender que as ideias herdadas da modernidade devem ser questionadas e repensadas. De entre estas, a crítica à noção de que o ser humano é capaz de controlar a natureza com o recurso à tecnologia é prioritária. É sobre ela que se sustenta a interpretação egoísta do mundo que impulsionou a crise planetária e existencial onde nos encontramos agora lançados.

Em “A New Anthropocentrism”, o segundo capítulo de *Defiant Earth*, Hamilton defende que o ser humano deve estar consciente do poder que possui, mas, acima de tudo, de temer o seu alcance. Tal entendimento constitui-se, hoje, como um imperativo moral e epistemológico. Sobre ele, o autor fundamenta o seu “novo antropocentrismo”, pelo qual propõe uma redefinição radical do nosso papel no contexto do sistema terrestre. Esta proposta, muito embora continue a definir-nos como um ente poderoso, diferente dos restantes com os quais partilhamos o mundo, procura sobretudo dar conta da extensão da nossa responsabilidade. São as novidades trazidas pelo Antropoceno que levam Hamilton a destacar a necessidade de repensarmos a humanidade como uma espécie distinta de todas as outras.

No seguimento da crítica que lança ao pós-humanismo de Philippe Descola, Donna Haraway, Anna Tsing, ou Jane Bennet, o autor australiano defende que o ser humano não pode ser pensado como mais uma espécie no meio das espécies; como um simples ator da rede de relações que compõe o mundo, em pé de igualdade com os restantes. Muito embora compreenda a importância das críticas pós-humanistas à ontologia dualista que herdámos da modernidade, perante a constatação de como o Antropoceno se firma como evento, Hamilton considera que as ontologias alternativas pré-modernas advogadas pelo pós-humanismo são insuficientes para dar resposta aos desafios que agora se levantam. Para o autor, a mundividência pós-humanista está ainda enraizada sobre o Holoceno, sobre uma mundividência radicalmente diferente daquela com a qual somos agora confrontados. As ontologias alternativas pelas quais o pós-humanismo advoga não têm, por isso, um referencial que lhes permita perspetivar a questão do Antropoceno em toda a sua extensão, precisamente porque este evento de rutura lhes é completamente estranho, diferente, outro.

Para além de evidenciar o ser humano como um poder transformador da natureza, o Antropoceno também dá conta do modo como a natureza é capaz de ripostar perante a ação instigadora do ser humano, ao ponto de colocar em causa a sua própria sobrevivência enquanto espécie. Esta aparente contradição do Antropoceno é apresentada como o fundamento da necessidade de repensar o papel que o ser humano nele desempenha. Ele nunca foi tão poderoso como agora, mas também nunca se sentiu tão vulnerável. É sobre esta a ideia que Hamilton procura fundamentar a sua proposta. Na aparente antinomia que muitos encontram pressuposta no conceito de Antropoceno, apresenta-se, para

Hamilton, um reflexo do "jogo da corda" que define a vida nesta nova era planetária. Um jogo no qual o ser humano e o planeta se encontram em constante medição de forças.

No capítulo "Friends and Adversaries" a rutura criada pelo Antropoceno é apresentada a partir da interpretação que Hamilton faz do papel central que o ser humano desempenhou no despoletar da contraofensiva terrestre, mas também como, mediante esta, se transfigurou a interpretação que faz do seu lugar no mundo; de como a extensão do seu poder deve ser moderada pela sua vulnerabilidade à contra-ofensiva da natureza. É aqui onde o novo antropocentrismo de Hamilton se distingue do "antropo-supremacismo" que herdámos da modernidade. O mundo do humano e o mundo da natureza são perspetivados pelo autor a partir da sua dependência mútua. A humanidade que se prefigura no "novo antropocentrismo" apresenta-se, por isso, como uma "humanidade trágica". Muito embora se encontre dotada de um poder sem precedentes – que foi adquirindo ao longo da sua história –, vê-se, contudo, agora embutida num contexto existencial frágil, o resultado da sua *hybris*. Os desequilíbrios planetários por si causados representam uma ameaça real à sua existência enquanto espécie. Por esta razão, para Hamilton, a responsabilidade que temos para com o planeta acaba por se fundar na responsabilidade que temos para com nós mesmos. A nossa sobrevivência depende do mundo que – ingenuamente – transformámos.

Em "A Planetary History" e em "The Rise and Fall of the Superagent", capítulos com os quais Hamilton encerra a sua obra, o ser humano é representado como um ente privilegiado. É o único ator da rede capaz de se assumir como responsável pelas suas ações e, por conseguinte, pelo modo como estas influenciam o todo do sistema terrestre. Pensar o ser humano sob esta perspetiva (*i.e.*, do antropocentrismo enquanto facto científico), não quer dizer que este tenha o direito de decidir sobre o rumo do planeta ou da natureza (antropocentrismo arrogante). O antropocentrismo de Hamilton apresenta-se, neste sentido, como um antropocentrismo transformado, humilde, que propõe uma reconfiguração responsável, mas, acima de tudo cuidadora, da humanidade. A ideia de que a liberdade humana não é ilimitada é, talvez, a mais derradeira lição que podemos retirar da interpretação que *Defiant Earth* faz do Antropoceno enquanto evento de rutura histórico-epocal. Para Hamilton, a natureza transformada que habitamos molda a nossa mundividência, e, por essa via, também as possibilidades da nossa ação. A nossa liberdade depende, acima de tudo, do mundo onde nos encontramos lançados, aquele que transformamos com as nossas ações e que, simultaneamente, também nos transforma ao redefinir o horizonte de possibilidades no qual nos movemos. A liberdade está ancorada no mundo e, no Antropoceno, é condicionada pelo modo como a natureza riposta às nossas escolhas. Ela é o fruto de uma rede de relações, de um reino de necessidades que define de que modo poderá ser exercida. Em

suma, no contexto da nova era que o Antropoceno inaugura, é a contraofensiva da Terra que define o nosso ser-no-mundo. A moralidade das nossas ações deve, por isso, ser medida a partir da nossa capacidade de aceitar ou de ignorar os limites que o sistema terrestre nos impõe, e também a partir do modo como lidamos com as consequências das escolhas que fazemos. O ripostar da terra à humanidade demonstra que a liberdade que julgávamos ter, aquela que entendíamos como um dos nossos privilégios exclusivos, se materializa na relação de cuidado que nós, enquanto espécie, devemos ao mundo do qual dependemos.

Referências:

Kant, I. (2004). Resposta à pergunta: O que é o iluminismo. In: Immanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros Opúsculos* (pp. 11-19). Lisboa: Edições 70.